

Edição em
língua portuguesa

Comunicações e Informações

<u>Número de informação</u>	<u>Índice</u>	<u>Página</u>
	I <i>Comunicações</i>	
	Comissão	
2002/C 164/01	Taxas de câmbio do euro.....	1
2002/C 164/02	Comunicação da Comissão em conformidade com os artigos 2.º e 3.º do Regulamento (CEE) n.º 3769/92 da Comissão, de 21 de Dezembro de 1992, relativo à execução do Regulamento (CEE) n.º 3677/90 do Conselho que estabelece as medidas a adoptar para evitar o desvio de determinadas substâncias para o fabrico ilegal de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas.....	2
2002/C 164/03	Autorização de auxílios concedidos pelos Estados no âmbito das disposições dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE — A respeito dos quais a Comissão não levanta objecções ⁽¹⁾	3
2002/C 164/04	Auxílios estatais — Espanha — Auxílio C 70/2001 (ex NN 65/2001) — Auxílio estatal a favor da Hilados y Tejidos Puigneró SA — Convite para apresentação de observações, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE ⁽¹⁾	6
2002/C 164/05	Não oposição a uma operação de concentração notificada (Processo COMP/M.2694 — Metronet/Infraco) ⁽¹⁾	15
2002/C 164/06	Imposição de obrigações de serviço público nas ligações aéreas regulares no interior da Grécia em conformidade com o Regulamento (CEE) n.º 2408/92 do Conselho ⁽¹⁾	16
2002/C 164/07	Notificação da Comissão nos termos do disposto no n.º 1, alínea a), do artigo 4.º do Regulamento (CEE) n.º 2408/92 do Conselho — Introdução de obrigações de serviço público nos serviços aéreos regulares entre Mariehamn (MHQ) e Estocolmo/Arlanda (ARN) ⁽¹⁾	18
2002/C 164/08	Comunicação.....	19

Número de informação

Índice (continuação)

Página

II *Actos preparatórios*

.

III *Informações*

Comissão

2002/C 164/09

Resultado do convite à apresentação de candidaturas para a criação de um fórum conjunto da UE em matéria de preços de transferência no domínio da tributação das empresas 20

I

(Comunicações)

COMISSÃO

Taxas de câmbio do euro ⁽¹⁾

9 de Julho de 2002

(2002/C 164/01)

1 euro =

Moeda	Taxas de câmbio	Moeda	Taxas de câmbio		
USD	dólar americano	0,993	LVL	lats	0,5965
JPY	iene	117,32	MTL	lira maltesa	0,4167
DKK	coroa dinamarquesa	7,4278	PLN	zloti	4,1873
GBP	libra esterlina	0,6425	ROL	leu	32853
SEK	coroa sueca	9,185	SIT	tolar	226,6885
CHF	franco suíço	1,4721	SKK	coroa eslovaca	44,341
ISK	coroa islandesa	85,37	TRL	lira turca	1653000
NOK	coroa norueguesa	7,3095	AUD	dólar australiano	1,7536
BGN	lev	1,9461	CAD	dólar canadiano	1,511
CYP	libra cipriota	0,5785	HKD	dólar de Hong Kong	7,7451
CZK	coroa checa	29,13	NZD	dólar neozelandês	2,0185
EEK	coroa estoniana	15,6466	SGD	dólar de Singapura	1,7446
HUF	forint	253,6	KRW	won sul-coreano	1174,02
LTL	litas	3,4533	ZAR	rand	9,9598

(1) Fonte: Taxas de câmbio de referência publicadas pelo Banco Central Europeu.

Comunicação da Comissão em conformidade com os artigos 2.º e 3.º do Regulamento (CEE) n.º 3769/92 da Comissão, de 21 de Dezembro de 1992 ⁽¹⁾, relativo à execução do Regulamento (CEE) n.º 3677/90 do Conselho ⁽²⁾ que estabelece as medidas a adoptar para evitar o desvio de determinadas substâncias para o fabrico ilegal de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas

(2002/C 164/02)

Lista dos países mencionados no artigo 2.º do Regulamento (CEE) n.º 3769/92

Substância	Destino	
Anidrido acético ⁽¹⁾ Permanganato de potássio ⁽¹⁾	Qualquer país terceiro	
Ácido antranílico ⁽¹⁾	Bolívia Chile Colômbia Equador Índia	México Peru Emirados Árabes Unidos Venezuela
Ácido fenilacético ⁽¹⁾ Piperidina ⁽¹⁾	Bolívia Chile Colômbia Equador México	Peru Emirados Árabes Unidos Estados Unidos da América Venezuela

Lista dos países mencionados no artigo 3.º do Regulamento (CEE) n.º 3769/92

Substância	Destino	
Metiletilcetona ⁽¹⁾ Tolueno ⁽¹⁾ Ácido sulfúrico	Argentina Bolívia Brasil Chile Colômbia Costa Rica Equador Salvador Guatemala Honduras	Hong Kong Panamá Paraguai Peru Síria Tailândia Uruguai Emirados Árabes Unidos Venezuela
Acetona ⁽¹⁾ Éter dietílico ⁽¹⁾	Argentina Bolívia Brasil Chile Colômbia Costa Rica Equador Salvador Guatemala Honduras Hong Kong Irão Líbano	México Birmânia Panamá Paraguai Peru Singapura Síria Tailândia Turquia Emirados Árabes Unidos Uruguai Venezuela
Ácido clorídrico	Argentina Bolívia Brasil Chile Colômbia Costa Rica Equador Salvador Guatemala Honduras Hong Kong Irão	Líbano Birmânia Panamá Paraguai Peru Singapura Síria Tailândia Turquia Emirados Árabes Unidos Uruguai Venezuela

⁽¹⁾ Incluindo os sais destas substâncias, sempre que a existência desses sais for possível.

⁽¹⁾ JO L 383 de 29.12.1992, p. 17; regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1232/2002 da Comissão, de 10.7.2002 (JO L 180 de 10.7.2002, p. 5).

⁽²⁾ JO L 357 de 20.12.1990, p. 1; regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 988/2002 do Conselho, de 3.6.2002 (JO L 151 de 11.6.2002, p. 1).

Autorização de auxílios concedidos pelos Estados no âmbito das disposições dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE

A respeito dos quais a Comissão não levanta objecções

(2002/C 164/03)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Data de adopção da decisão: 6.6.2002

Estado-Membro: Países Baixos (Município de Enschede)

N.º do auxílio: N 217/02

Denominação: Desastre causado por fogo de artifício em Enschede — Compensação das empresas

Objectivo: Compensação dos danos

Base jurídica: Kaderwet EZ-subsidies (artikel 2)

Orçamento: Orçamento total de 41 milhões de euros

Duração: Três anos a partir de 13 de Maio de 2000

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://europa.eu.int/comm/secretariat_general/sgb/state_aids

Data de adopção da decisão: 22.5.2002

Estado-Membro: Alemanha (Saxónia)

N.º do auxílio: N 602/01

Denominação: Assistência a empresas criadas por uma pessoa desempregada

Objectivo: Apoiar o arranque de empresas criadas por desempregados

Base jurídica: Haushaltsgesetz, Programmrichtlinien

Orçamento: 26,5 milhões de euros por ano

Intensidade ou montante do auxílio: 1 050 euros por pessoa por mês (seis meses)

Duração: Até 31 de Dezembro de 2006

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://europa.eu.int/comm/secretariat_general/sgb/state_aids

Data de adopção da decisão: 24.5.2002

Estado-Membro: Alemanha

N.º do auxílio: N 34/02

Denominação: Tecnologia e conhecimentos no domínio da agricultura biológica, parte B

Objectivo: Apoiar projectos de I & D destinados a melhorar as condições da agricultura biológica

Base jurídica: Jährliches Haushaltsgesetz

Orçamento: 9 milhões de euros em 2002, 15 milhões de euros em 2003

Intensidade ou montante do auxílio: Para a investigação fundamental: máximo de 100 %; para a investigação industrial: máximo de 50 %; para o desenvolvimento pré-concorrencial: máximo de 25 %; mais um bónus às PME sempre que for adequado

Duração: Até 31 de Dezembro de 2003

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://europa.eu.int/comm/secretariat_general/sgb/state_aids

Data de adopção da decisão: 9.4.2002

Estado-Membro: Alemanha (Bade-Vurtemberg)

N.º do auxílio: N 610/01

Denominação: Programa de infra-estruturação turística do Bade-Vurtemberg

Objectivo: Apoiar investimentos pelas autarquias nas infra-estruturas do turismo

Base jurídica: Haushaltsgesetz, Programmrichtlinien

Orçamento: Até 10 milhões de euros por ano

Duração: Indeterminada

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://europa.eu.int/comm/secretariat_general/sgb/state_aids

Data de adopção da decisão: 24.5.2002

Estado-Membro: Reino Unido

N.º do auxílio: N 856/01

Denominação: Regime de Investigação em Cooperação LINK

Objectivo: Promoção de I & D em regime de cooperação

Base jurídica: Science and Technology Act 1965

Orçamento: 50 a 60 milhões de libras esterlinas (82 a 100 milhões de euros) por ano

Intensidade ou montante do auxílio:

- Investigação fundamental: 100 %
- Actividades de desenvolvimento pré-competitivas: 25 % para as grandes empresas, 35 % para as PME
- Investigação industrial: 50 % para as grandes empresas, 60 % brutos para as PME
- Estudos de viabilidade: respectivamente 75 % e 50 %

Duração: Até 31 de Dezembro de 2006

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado dos respectivos dados confidenciais, está disponível no *site*:

http://europa.eu.int/comm/secretariat_general/sgb/state_aids

Data de adopção da decisão: 31.5.2002

Estado-Membro: Áustria

N.º do auxílio: N 9/02

Denominação: Orientações austríacas de 2002 para a reabilitação de instalações poluídas no passado

Objectivo: Promover a protecção ambiental através da reabilitação de instalações industriais poluídas

Base jurídica: Umweltförderungsgesetz (UFG), BGBl. Nr. 185/1993; idF des Bundesgesetzes, BGBl. I Nr. 108/2001

Orçamento: 75 milhões de euros por ano

Intensidade ou montante do auxílio: De acordo com o enquadramento comunitário dos auxílios estatais a favor do ambiente

Duração: Indefinida

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado dos respectivos dados confidenciais, está disponível no *site*:

http://europa.eu.int/comm/secretariat_general/sgb/state_aids

Data de adopção da decisão: 7.5.2002

Estado-Membro: Bélgica

N.º do auxílio: NN 129/2000

Denominação: Lei de promoção do emprego

Objectivo: Promover o emprego

Base jurídica: Ontwerp van wet ter bevordering van de werkgelegenheid, artikel 2

Orçamento: 1,3 mil milhões de euros por ano

Duração: Sete anos

Outras informações: O regime (N 3/94) relativo à redistribuição do trabalho foi aprovado pela Comissão por carta de 30 de Junho de 1994 [SG(94) D/9395]

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado dos respectivos dados confidenciais, está disponível no *site*:

http://europa.eu.int/comm/secretariat_general/sgb/state_aids

Data de adopção da decisão: 22.5.2002

Estado-Membro: Áustria

N.º do auxílio: NN 165/01

Denominação: Energieabgabenvergütung

Objectivo: Sistema de reembolso do imposto relativo à energia sobre a electricidade e o gás natural para empresas cuja actividade principal seja a produção de bens físicos

Base jurídica: Energieabgabenvergütungsgesetz

Orçamento: Cerca de 160 milhões de euros por ano

Intensidade ou montante do auxílio: Auxílio ao funcionamento

Duração: 1 de Junho de 1996-31 de Dezembro de 2001

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado dos respectivos dados confidenciais, está disponível no *site*:

http://europa.eu.int/comm/secretariat_general/sgb/state_aids

Data de adopção da decisão: 22.5.2002

Estado-Membro: Alemanha (Brema, Hamburgo, Meclemburgo-Pomerânia Ocidental, Baixa Saxónia, Schleswig-Holstein)

N.º do auxílio: NN 174/A/01

Denominação: Auxílio à construção naval 2001

Objectivo: Prorrogação da aplicação de alguns regimes de auxílios existentes ao sector da construção naval

Base jurídica: Werfthilfegesetz; 29. Rahmenplan der Gemeinschaftsaufgabe zur Förderung der regionalen Wirtschaftsstruktur

Duração: Ano 2001

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://europa.eu.int/comm/secretariat_general/sgb/state_aids

Data de adopção da decisão: 22.5.2002

Estado-Membro: Alemanha

N.º do auxílio: NN 27/2000

Denominação: Acto que concede prioridade às fontes de energia renováveis (Lei relativa à energia renovável)

Objectivo: Apoiar a produção de electricidade a partir de fontes de energias renováveis

Base jurídica: Gesetz für den Vorrang erneuerbarer Energien (Erneuerbare-Energien-Gesetz (EEG) vom 29. März 2000)

Intensidade ou montante do auxílio: Esta medida não constitui um auxílio

Duração: Indeterminada

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://europa.eu.int/comm/secretariat_general/sgb/state_aids

Data de adopção da decisão: 5.6.2002

Estado-Membro: Alemanha

N.º do auxílio: NN 49/02

Denominação: Redução dos custos laborais não salariais no sector dos transportes marítimos

Objectivo: Proteger o emprego dos marítimos alemães a bordo de navios mercantes alemães e preservar o saber-fazer marítimo

Base jurídica: Richtlinie zur Senkung der Lohnnebenkosten in der deutschen Seeschiffahrt

Orçamento: 45 milhões de euros

Intensidade ou montante do auxílio: Variável

Duração: 15 meses (1 de Outubro de 2001-31 de Dezembro de 2002)

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://europa.eu.int/comm/secretariat_general/sgb/state_aids

Data de adopção da decisão: 22.5.2002

Estado-Membro: Alemanha

N.º do auxílio: NN 68/2000

Denominação: Lei relativa ao apoio à produção de electricidade gerada por calor e energia combinados

Objectivo: Apoiar a produção de electricidade gerada por calor e energia combinados

Base jurídica: Gesetz zum Schutz der Stromerzeugung aus Kraft-Wärme-Koppelung (Kraft-Wärme-Koppelungsgesetz) vom 12. Mai 2000

Intensidade ou montante do auxílio: Esta medida não constitui um auxílio

Duração: De 18 de Maio de 2000 até à entrada em vigor de uma lei relativa ao apoio a longo prazo e à extensão do respectivo âmbito, cessando o mais tardar em 31 de Dezembro de 2004.

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado(s) dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://europa.eu.int/comm/secretariat_general/sgb/state_aids

AUXÍLIOS ESTATAIS — ESPANHA**Auxílio C 70/2001 (ex NN 65/2001) — Auxílio estatal a favor da Hilados y Tejidos Puigneró SA****Convite para apresentação de observações, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE**

(2002/C 164/04)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Por carta de 7 de Maio de 2002 publicada na língua que faz fé a seguir ao presente resumo, a Comissão notificou à Espanha a sua decisão de alargar o procedimento previsto no n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE relativamente ao auxílio/medida acima mencionado.

As partes interessadas podem apresentar as suas observações relativamente ao auxílio/medida em relação ao qual a Comissão deu início ao procedimento no prazo de um mês a contar da data de publicação do presente resumo e da carta, enviando-as para o seguinte endereço:

Comissão Europeia
Direcção-Geral da Concorrência
Direcção H2
B-1049 Bruxelas
Fax: (32-2) 296 98 16.

Estas observações serão comunicadas à Espanha. Qualquer interessado que apresente observações pode solicitar por escrito o tratamento confidencial da sua identidade, devendo justificar o pedido.

RESUMO**1. Procedimento e antecedentes**

Em 19 de Setembro de 2001, a Comissão decidiu dar início ao procedimento previsto no n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE relativamente a um diferimento substancial da dívida pública e a um empréstimo no montante de 2 000 milhões de pesetas (12,02 milhões de euros), concedidos à empresa Hilados y Tejidos Puigneró SA (Puigneró) por uma instituição pública.

A Puigneró desenvolve actividades de produção de fios e tecidos e de acabamentos têxteis, explorando três instalações de produção na área de Barcelona.

A dívida diferida foi acumulada a partir de 1977 e diz principalmente respeito a contribuições de segurança social não pagas e ao pagamento de impostos. Em 10 de Novembro de 2000, o Tribunal de Primeira Instância de Barcelona declarou a empresa em situação de suspensão de pagamentos, ao abrigo da lei de falências espanhola. A suspensão inclui, nomeadamente, uma dívida ao organismo de segurança social no montante de 7 871 milhões de pesetas (47,31 milhões de euros) e uma dívida às autoridades fiscais no montante de 7 584 milhões de pesetas (45,58 milhões de euros). O Instituto Catalão de Finanças (ICF), uma instituição pública dependente do Ministério da Economia e Finanças do Governo Regional, concedeu o empréstimo em Dezembro de 2000.

A Espanha apresentou as suas observações por cartas de 5 e 9 de Novembro de 2001, 18 de Janeiro de 2002 e 1 e 14 de Fevereiro de 2002. No contexto destas observações, a Espanha comunicou novas medidas a favor da Puigneró. A presente extensão do procedimento destina-se a analisar essas novas medidas.

2. Novas medidas

A Puigneró recebeu um empréstimo por um montante de 500 milhões de pesetas (3 milhões de euros) do ICF já em 1993. Segundo as informações disponíveis, a empresa teria perdido a maior parte do seu capital na altura em que foi concedido o empréstimo, encontrando-se assim em dificuldades financeiras. O empréstimo foi concedido por um período de seis anos, que foi subseqüentemente prorrogado para 10 anos. A taxa de juro do empréstimo é Mibor 3 meses + 1 % e, como garantia, a empresa forneceu uma hipoteca, juntamente com algumas das suas acções.

Em 1996 e 1998, o ICF concedeu duas garantias à Puigneró, num montante total de 1 100 milhões de pesetas (aproximadamente 6,61 milhões de euros). O custo das garantias consiste num encargo e em juros de 0,5 %, juntamente com 1,75 % relativos a custos administrativos e a um prémio de risco. As garantias consistem em hipotecas e mais algumas acções da empresa. Subseqüentemente, estas garantias foram alargadas em diversas ocasiões, tendo a última extensão sido efectuada em 2001.

3. Apreciação

As medidas financeiras a favor da Puigneró constituem auxílios na acepção do n.º 1 do artigo 87.º do Tratado CE, uma vez que são provenientes de recursos estatais e proporcionam à Puigneró vantagens financeiras relativamente aos seus concorrentes, sendo assim susceptíveis de provocar distorções da concorrência. Uma vez que a Puigneró pode ser considerada uma empresa em dificuldade, o auxílio deverá ser apreciado nos termos das orientações comunitárias dos auxílios estatais de emergência e à reestruturação⁽¹⁾.

(1) JO C 368 de 23.12.1994, p. 12.

Na altura em que o empréstimo foi concedido, e principalmente na altura da sua prorrogação, a Puigneró tinha acumulado outras dívidas e obrigações que foram, pelo menos em parte, garantidas pelos mesmos activos. Dado o baixo prémio da taxa de juro, que não parece tomar em consideração a situação financeira difícil da empresa, e a possível inexistência de garantias válidas, o empréstimo pode incluir elementos de auxílio e deverá ser apreciado nos termos do n.º 1 do artigo 87.º do Tratado CE.

Embora a Puigneró tenha conseguido restabelecer o seu capital para um nível suficiente durante 1996, não conseguiu fazer face a todos os seus custos de exploração, tais como contribuições sociais e pagamentos de impostos. Por conseguinte, a empresa tem vindo a registar dificuldades financeiras durante um longo período de tempo. As garantias foram alargadas depois da concessão da garantia inicial, tendo as últimas extensões ocorrido durante 2001, após o tribunal ter declarado a empresa insolvente. Nesta altura, a empresa tinha acumulado diversas outras obrigações significativas que foram garantidas pelos mesmos activos que as garantias. Uma vez que as garantias parecem ser insuficientes, se não na altura da concessão da garantia inicial pelo menos na altura da sua extensão, não se pode excluir que as garantias incluam elementos de auxílio, devendo portanto ser apreciadas nos termos do n.º 1 do artigo 87.º do Tratado CE.

Além disso, na presente fase, a Comissão tem dúvidas quanto ao facto de o plano de viabilidade concebido a favor da Puigneró se ter baseado em pressupostos realistas e satisfazer os requisitos de um plano de reestruturação, nos termos do disposto nas orientações dos auxílios estatais de emergência e à reestruturação concedidos a empresas em dificuldade.

Assim, a Comissão decidiu alargar o procedimento formal de investigação previsto no n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE, nos termos do artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 659/1999 do Conselho, relativamente às seguintes medidas: i) um empréstimo e a sua subsequente extensão, inicialmente concedido por um montante de 500 milhões de pesetas (aproximadamente 3 milhões de euros) em 1993, subsequentemente aumentado em 1996, ii) duas garantias bancárias incluindo diversas extensões, no montante total de 1 100 milhões de pesetas (aproximadamente 6,61 milhões de euros), inicialmente concedidas em 1996 e 1998 e subsequentemente alargadas através de diversos acordos, o último dos quais celebrado em 2001. A existência destas medidas apenas foi comunicada após o início do procedimento formal de investigação.

No âmbito do presente procedimento, a Comissão notifica a Espanha, nos termos do artigo 10.º do Regulamento (CE) n.º 659/1999 do Conselho, a fornecer todos os documentos, informações e dados necessários para determinar o montante exacto de auxílio concedido à empresa e para apreciar a compatibilidade do auxílio *ad hoc* com o mercado comum.

Nos termos do artigo 14.º do Regulamento (CE) n.º 659/1999 do Conselho, os auxílios ilegais podem ser objecto de recuperação junto do beneficiário.

TEXTO DA CARTA

«La Comisión desea comunicar a España que, tras examinar la información facilitada por sus autoridades sobre la medida de ayuda citada en el encabezamiento, ha decidido ampliar el procedimiento del apartado 2 del artículo 88 del Tratado CE a otras medidas.

1. PROCEDIMIENTO

1. El 19 de septiembre de 2001, la Comisión decidió iniciar el procedimiento fijado en el apartado 2 del artículo 88 del Tratado CE por lo que se refiere a una suspensión de pagos sustancial de la deuda pública y a un préstamo concedido por una institución pública. Después de pedir una prórroga del plazo, España presentó sus comentarios por cartas de 5 y 9 de noviembre de 2001, 18 de enero de 2002 y 1 y 14 de febrero de 2002. En estos comentarios, España mencionaba unas nuevas medidas a favor de Puigneró. El propósito de la presente ampliación es examinar estas nuevas medidas.
2. El 14 de noviembre de 2001 se celebró una reunión entre los servicios de la Comisión y las autoridades españolas, en la que participaron representantes del Institut Català de Finances (ICF), la institución pública de propiedad estatal que concedió el préstamo.

2. BREVE DESCRIPCIÓN DE LA EMPRESA Y DEL MERCADO

2.1. La empresa

3. La empresa Hilados y Tejidos Puigneró SA (Puigneró) se dedica a la producción de hilados y tejidos así como a los acabados textiles y tiene su sede en Barcelona. La empresa se fundó en 1957 y se transformó en sociedad de responsabilidad limitada en 1982. Todas las acciones son propiedad de miembros de la familia Puigneró. La empresa opera tres plantas en Sant Bartomeu del Grau, Roda de Ter y Prats de Lluçanès. Las tres son zonas asistidas con arreglo a la letra c) del apartado 3 del artículo 87 del Tratado CE.
4. Mediante Resolución de 10 de noviembre de 2000, el Juzgado de Primera Instancia nº 4 de Vic (Barcelona) declaró a la empresa en estado de suspensión de pagos conforme a la legislación española sobre insolvencia y por lo tanto en situación de insolvencia. La Ley de suspensión de pagos de 26 de julio de 1922 otorga la posibilidad a cualquier empresa cuyo activo supere al pasivo de suspender el pago de determinadas deudas sin tener que interrumpir por ello su actividad mercantil, lo que evita que se agrave la situación económica de la empresa.

5. A continuación se exponen algunos datos clave sobre la empresa

(en euros)

	1996	1997	1998	1999	2000
Plantilla	?	?	1 600	1 800	1 600
Volumen de negocios	115 449 587	142 332 348	126 074 814	97 561 772	89 635 156
Total de balance	157 565 955	162 945 362	161 790 908	177 295 944	184 334 145
Resultado del año	2 162 670	819 342	1 047 522	1 652 014	- 104 699 578

6. En cuanto a la presencia geográfica de la empresa, es de señalar que Puigneró vende el 60 % de su producción en el territorio nacional, el 30 % aproximadamente en el mercado la zona del euro y el 10 % restante en Túnez y Marruecos.

7. A la vista de su plantilla (más de 250 trabajadores), su volumen de negocios anual (más de 40 millones de euros) y el total de su balance (más de 27 millones de euros), Puigneró no tiene la condición de pequeña o mediana empresa (PYME). Así pues, no es aplicable en este caso la normativa específica para las PYME.

2.2. El mercado

8. El mercado textil de la Unión Europea es un mercado saturado, altamente competitivo. Varios segmentos del sector textil se caracterizan por un exceso de capacidad de producción. En la Unión Europea los sectores textil y de la confección han perdido mucho empleo, lo que en los últimos años se ha traducido en una reducción del número de empresas que operan en estos sectores. Durante el período 1995-1999 la producción disminuyó en todos los subsectores de la industria textil, salvo en el caso de los textiles industriales y de otros tipos, cuya producción aumentó ligeramente (en términos de precios constantes). Las disminuciones más fuertes se produjeron en los hilados e hilos, seguidos de los acabados textiles. El consumo aparente de textiles también disminuyó ⁽²⁾.

⁽²⁾ «El sector textil y de confección en la Unión Europea en 2000», elaborado por el «Observatoire Européen du Textile et de l'Habillement» (OETH), mayo de 2000.

9. El sector de los hilados es también el que más preocupa a Puigneró debido a la baja rentabilidad y competitividad en comparación con los competidores de países asiáticos y norteafricanos. El sector de los hilados representó el 23 % de la facturación total según las cifras disponibles para el año 2000. Las telas acabadas y estampadas constituyeron la parte principal de la facturación anual de la empresa, ascendiendo hasta un 50,6 %.

3. DESCRIPCIÓN DE LAS MEDIDAS, SEGÚN LA RESPUESTA DE ESPAÑA A LA INCOACIÓN DEL PROCEDIMIENTO DEL APARTADO 2 DEL ARTÍCULO 88

10. Se pidió a España que facilitara información sobre todos los contratos en curso y los acuerdos con instituciones públicas concluidos por Puigneró y vigentes en este momento y sobre los que lo estuvieron durante el período objeto de examen. Las medidas investigadas abarcan un período que empieza en marzo de 1991.

11. Según la información presentada, Puigneró tiene los siguientes contratos en curso con el ICF (en millones de pesetas españolas y euros) ⁽³⁾:

⁽³⁾ Por razones de comparabilidad todos los importes incluidos en la presente decisión se han convertido aplicando el tipo de cambio monetario actualmente en vigor.

Tipo	Fecha	Renovación	Duración ⁽¹⁾	Tipo de interés o comisión	Capital (en millones)	Garantías (en millones)
1. Préstamo	28.4.1993	28.5.1996	10 años	Míbor 3 meses + 1 %	500 pesetas españolas 3,00 euros	970 pesetas españolas 5,83 euros
2. Préstamo	29.12.2000		1 año	Euríbor 3 meses + 1 %	2 000 pesetas españolas 12,02 euros	3 560 pesetas españolas 21,40 euros
3. Aval	2.7.1996	31.3.1999 10.7.2001 29.11.2001	3 + 2 + 2 años	2,25 % ⁽²⁾	600 pesetas españolas 3,61 euros	1 135 pesetas españolas 6,82 euros
4. Aval	4.6.1998	10.7.2001 29.11.2001	3 + 2 años	2,25 % ⁽³⁾	500 pesetas españolas 3,00 euros	1 075 pesetas españolas 6,46 euros

⁽¹⁾ La duración tiene en cuenta las prórrogas.

⁽²⁾ Integrado por un 0,5 % de comisión y un 1,75 % de costes administrativos y prima de riesgo.

⁽³⁾ Véase la nota anterior.

3.1. Nuevas medidas evaluadas en la decisión actual

Préstamo concedido en 1993; 500 millones de pesetas españolas

12. El préstamo se concedió el 28 de abril de 1993 por un importe de 500 millones de pesetas españolas (3 millones de euros) y con una duración de seis años. La garantía del préstamo consistía en una hipoteca inmobiliaria sobre la planta industrial de Prats de Lluçanès, así como en parte de las acciones de la empresa. El importe de la garantía necesaria para cubrir el préstamo se fijó en 970 millones de pesetas españolas (5,83 millones de euros) en el acuerdo de préstamo. El tipo de interés era variable, Mibor 3 meses + 1 %.
13. Los términos del contrato se modificaron el 28 de mayo de 1996, al renovar la duración del préstamo a diez años.

Aval concedido en 1996; 600 millones de pesetas españolas

14. El 2 de julio de 1996 se concedió a Puigneró un aval que ascendía a 600 millones de pesetas españolas (3,61 millones de euros) con una duración de tres años. A cambio de este aval, Puigneró constituyó una hipoteca sobre cinco propiedades en Prats de Lluçanès, incluida la misma planta industrial antes mencionada, así como otras acciones de la empresa. La duración del aval se renovó posteriormente por dos años hasta julio de 2001 mediante acuerdo de 31 de marzo de 1999. Más adelante se describe la nueva prórroga concedida por un período de dos años (punto 16).

Aval concedido en 1998; 500 millones de pesetas españolas

15. El 4 de junio de 1998 se concedió a Puigneró un segundo aval que ascendía a 500 millones de pesetas españolas (3 millones de euros) con una duración de tres años. A cambio de este aval Puigneró, hipotecó 23 propiedades en Sant Bartomeu del Grau. Más adelante se describe la nueva prórroga de esta garantía.

Renovación concedida en 2001 de los dos avales descritos anteriormente

16. El 10 de julio de 2001 los dos avales descritos anteriormente se renovaron por un nuevo período de dos años. La cantidad se modificó y el nuevo total quedó reducido a 800 millones de pesetas españolas (4,81 millones de euros), en lugar del anterior total de 1 100 millones de pesetas españolas (6,61 millones de euros).
17. El 29 de noviembre de 2001 el ICF aprobó otra modificación de los dos avales antes descritos, renovándolos de nuevo para incluir también la cantidad antes reducida, a saber 300 millones de pesetas españolas (1,8 millones de euros). Así pues, el importe de los avales proporcionados a

Puigneró por ICF totaliza también 1 100 millones de pesetas españolas (6,61 millones de euros). Por lo tanto, el importe total de las garantías ascendió a 800 millones de pesetas españolas (4,81 millones de euros) solamente entre el 10 de julio y el 20 de noviembre de 2001, fecha a partir de la cual dicho importe total fue de 1 100 millones de pesetas españolas (6,61 millones de euros). Las renovaciones son válidas hasta julio de 2003.

18. Los avales se concedieron para permitir que Puigneró obtuviera unos pólizas de descuento con diversos bancos. La última renovación, que ascendía a 300 millones de pesetas españolas (1,8 millones de euros), se concedió para que Puigneró pudiera obtener un préstamo bancario con objeto de reestructurar su actividad empresarial.

3.2. Medidas anteriores respecto de las cuales se inició el procedimiento en septiembre de 2001

La suspensión de pagos

19. La resolución judicial por la que se declara la suspensión de pagos de Puigneró incluye la deuda sustancial acumulada con la Tesorería de la Seguridad Social y con la Agencia Tributaria:

Seguridad Social	7 871 287 183 pesetas españolas	47 307 389 euros
Agencia Tributaria	7 584 265 201 pesetas españolas	45 582 352 euros

20. La suspensión incluye también algunas deudas menos cuantiosas con otras instituciones públicas. Además, Puigneró aún tiene cierta deuda adicional con las administraciones antes citadas que no está incluida en la suspensión de pagos.

21. La deuda con la Seguridad Social se ha acumulado desde 1977 y la deuda con la Agencia Tributaria por lo menos desde comienzos de la década de los años ochenta. Las garantías adquiridas por los poderes públicos consisten en una hipoteca inmobiliaria, así como en el embargo de la maquinaria, las herramientas y otros activos de la empresa. Puigneró también concluyó anteriormente con estas autoridades otros acuerdos relativos al pago de su deuda. Como las autoridades españolas no han tomado ninguna medida para ejecutar una liquidación de activos con objeto de cobrar por lo menos una parte de las contribuciones sociales y de los impuestos impagados sino que de hecho han permitido a la empresa acumular más deuda, la Comisión, en su decisión de incoación del procedimiento, expresó sus dudas de que las autoridades españolas hubieran actuado conforme al principio del inversor privado.

Préstamo concedido por el Institut Català de Finances

22. El 14 de diciembre de 2000, el Institut Català de Finances, entidad pública dependiente del Departament de Economia y Finances de la Generalitat de Catalunya, aprobó un préstamo por un importe máximo de 2 000 millones de pesetas españolas (12,02 millones de euros) en beneficio de la empresa.
23. El préstamo se concedió por un año a un tipo de interés del Euribor tres meses + 1 %⁽⁴⁾. Las garantías aportadas para el préstamo incluían una hipoteca sobre 37 propiedades, acciones y el afianzamiento personal de los miembros del Consejo de Administración. Así pues, la hipoteca es la misma garantía que se ha proporcionado para las deudas incluidas en la suspensión de pagos. En su decisión de incoación, dado el tipo de interés relativamente bajo, y especialmente la prima de riesgo que no parece tener en cuenta la difícil situación financiera de la empresa, y la posible falta de garantías suficientes, la Comisión expresó sus dudas de que un inversor privado hubiera concedido

un préstamo similar en condiciones similares a esta empresa declarada judicialmente en suspensión de pagos.

4. EVALUACIÓN

4.1. Situación financiera de Puigneró

24. Según la información disponible, Puigneró ya había registrado dificultades financieras en diversas épocas. Los estados financieros de la empresa, correspondientes a los años 1995-2000, sugieren que Puigneró concluyó acuerdos con la Seguridad Social y las autoridades fiscales sobre el aplazamiento o el fraccionamiento de la deuda en varias ocasiones, por lo menos en 1989, 1990, 1992, 1995, 1999 y 2000. Asimismo, uno de los denunciantes afirma que Puigneró ya suspendió pagos en 1983. La empresa no ha impugnado esta afirmación. Según la legislación española, las empresas deben conservar sus documentos contables durante 6 años, por lo que es imposible evaluar la situación anterior a 1994 (cuyo balance figura en la contabilidad de 1995).

25. Los datos financieros disponibles indican que la empresa perdió en dos ocasiones la parte principal de sus activos durante este período y que el nivel de éstos no se restableció durante el siguiente ejercicio contable según se exige normalmente. La evolución de los fondos propios de Puigneró fue la siguiente

	(millones de pesetas españolas)						
Fondos Propios	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Capital suscrito	5 500	5 500	7 200	7 200	7 200	7 200	7 200
Reval. reserva	—	—	1 615	1 615	—	—	14 422
Otras reservas	392	392	392	392	—	—	—
Resultados cont.	(5 809)	(5 420)	(3 953)	(3 593)	(1 450)	(1 275)	(1 000)
Result. del ejerc.	389	1 467	360	136	174	275	(17 421)
Total fondos propios	472	1 939	5 614	5 750	5 925	6 200	3 201
Total ajustado ⁽¹⁾							(11 221)

⁽¹⁾ El ajuste se hizo basándose en los comentarios de los auditores de la empresa (véase el punto 29).

26. Ya en 1994 Puigneró había perdido la mayor parte de sus fondos propios (en 1993 o antes). Los activos no se restablecieron a un nivel adecuado hasta 1996.
27. Durante el ejercicio económico 2000, la pérdida total anual ascendió a -17 421 millones de pesetas españolas (-104,7 millones de euros), importe que supera el volumen de negocios de 14 914 millones de pesetas españolas (89,6 millones de euros). Los gastos incluían, además de los costes de funcionamiento normales, 1 748 millones de pesetas españolas (10,5 millones de euros) de gastos extraordinarios y 8 166 millones de pesetas españolas (49,1 millones de euros) de cargas correspondientes a anteriores ejercicios contables. El gasto extraordinario consistió principalmente en costes de resolución de contratos de trabajo

por un importe de 599 millones de pesetas españolas (3,6 millones de euros) y en IVA de 1999 y 2000 por un importe de 979 millones de pesetas españolas (5,9 millones de euros). En cuanto a las cargas referentes a ejercicios contables previos, incluían pagos de impuestos que ascendían a 2 282 millones de pesetas españolas (13,7 millones de euros), pagos a la Seguridad Social que ascendían a 517 millones de pesetas españolas (3,1 millones de euros), depreciación de existencias que ascendían a 3 269 millones de pesetas españolas (19,6 millones de euros) y la consignación en pérdidas de títulos de crédito incobrables, por un importe de 1 103 millones de pesetas españolas (6,6 millones de euros). Así pues, todas estas cargas eran gastos que Puigneró debía haber contabilizado anteriormente o al menos haber realizado la correspondiente provisión. Por otra parte, los auditores de la empresa señalan en su informe sobre la contabilidad de 2000 que es posible que en

⁽⁴⁾ Cuando se concedió el préstamo en diciembre de 2000, el Euribor a tres meses era del 4,961 (un tipo medio del 4,38 en 2000), lo que supone un préstamo a un tipo de interés del 5,961 %. El tipo de referencia de la CE para las empresas saneadas era en esa época del 5,7 %.

- el futuro se adeuden otros pagos de impuestos para los cuales Puigneró no ha establecido las reservas necesarias ⁽⁵⁾.
28. En los registros contables Puigneró restableció parcialmente el nivel de sus fondos propios en 2000 introduciendo una reserva de reevaluación resultante de un aumento del valor de los activos fijos de la empresa (propiedades) tras una evaluación de un experto independiente (con fecha de 21 de julio de 2001). De este modo, el valor contable de estos activos aumentó más del 200 %.
29. Sin embargo, según el informe del auditor sobre el estado financiero de Puigneró correspondiente al año 2000, la reserva de reevaluación introducida en los fondos propios no cumple los principios contables generalmente aceptados. Por lo tanto, los fondos propios de la empresa deberían reducirse en 14 422 millones de pesetas españolas (86,68 millones de euros). Así pues, el valor de los fondos propios totales a finales de 2000 debería ser de - 11 221 millones de pesetas españolas (- 67,44 millones de euros). Por consiguiente, la empresa habría perdido una cantidad muy superior al total de sus fondos propios. Cuando se publicó el informe de auditoría, el 30 de mayo de 2001, la empresa no había tomado ninguna medida para restablecer la situación de su capital social en un nivel adecuado. Así pues, la empresa parece hallarse en dificultades continuas.

Embargos anteriores

30. Según la información disponible, ya desde 1989 la empresa había concluido acuerdos con la Seguridad Social y con las autoridades tributarias sobre el aplazamiento/fraccionamiento de la deuda. Según las autoridades, se embargaron los activos de la empresa para asegurar la deuda pendiente de pago. Sin embargo, la Comisión no tiene toda información referente a los acuerdos anteriores.
31. La Resolución judicial que declara la suspensión de pagos de la empresa incluye un balance del activo y del pasivo. La Resolución incluye las hipotecas siguientes:

Fecha de la resolución	Importe en pesetas españolas	Importe en euros	En beneficio de
30.9.1997	5 814 331 967	34 944 839	Tesorería de la Seguridad Social
6.3.1998	2 050 356 014	12 322 888	Agencia Tributaria
14.10.1998	984 328 232	5 915 932	Tesorería de la Seguridad Social
08.9.1999	849 654 219	5 106 525	Tesorería de la Seguridad Social

⁽⁵⁾ Debido a las muchas incertidumbres resultantes de las cuentas anuales de Puigneró, los auditores no se pronunciaron sobre la situación contable sino que publicaron un informe cualificado de auditoría para el año 2000.

32. Según la Agencia Tributaria, los acuerdos con la misma pueden resumirse en dos acuerdos principales. En 1992 se hipotecaron las propiedades de Puigneró para garantizar una deuda de 3 517 millones de pesetas españolas (21,14 millones de euros). Este importe también incluía las deudas pendientes de anteriores acuerdos aplazados. En 1999 el acuerdo contemplaba una cantidad de 4 100 millones de pesetas españolas (24,64 millones de euros) cuya garantía principal era también una hipoteca inmobiliaria.
33. Según se ha indicado anteriormente no se sabe exactamente a qué garantías corresponden las propiedades hipotecadas. Sin embargo, del acuerdo con las autoridades fiscales concluido en 1998 puede desprenderse que las garantías consistían en 26 propiedades situadas en Sant Bartomeu del Grau, Prats de Lluçanès y Roda de Ter. Por tanto las propiedades hipotecadas son, en gran parte, las mismas que se han proporcionado para los avales.

Las hipotecas proporcionadas como garantía

34. Las hipotecas que se han proporcionado como garantía para el préstamo y todos los avales concedidos por ICF consisten en propiedades. Se ha aumentado poco a poco la hipoteca añadiendo nuevas propiedades y, según las autoridades españolas, debería considerarse una hipoteca subsidiaria que cubre todas las obligaciones de Puigneró. Cuando se concedió el préstamo en diciembre de 2000, la hipoteca incluía 37 propiedades valoradas en 3 570 millones de pesetas españolas (21,46 millones de euros) según los datos del Registro de la propiedad.
35. Sin embargo, las autoridades españolas mantienen que el valor real de las propiedades es considerablemente mayor que el consignado en el Registro de la propiedad. En fecha posterior, la empresa ha designado un experto independiente para tasar el valor de sus activos ⁽⁶⁾. La tasación es de 21 de julio de 2001, es decir, posterior al momento en que se concluyeron la mayoría de los acuerdos.
36. Sin embargo, aunque el valor real de las propiedades pueda ser superior al consignado en el Registro de la propiedad, la ejecución forzosa de los activos suele desembocar en un precio perceptiblemente más bajo que el valor tasado al precio total de mercado. Por lo tanto, los activos no se suelen tasar al 100 % de su valor de mercado. Esto también parece quedar corroborado por el hecho de que el ICF parece exigir como garantía de los préstamos o avales concedidos unos activos cuyo valor sea casi el doble del importe del préstamo o aval en cuestión (véase el punto 11), lo que por consiguiente aumenta la necesidad de contar con unas garantías adecuadas.

Las acciones proporcionadas como garantía

37. El valor nominal total de las acciones de la empresa es de 7 200 millones de pesetas españolas (43,27 millones de euros) desde el último aumento del capital social en 1996. El capital social consiste en 14 400 acciones y el valor nominal de cada una es de 500 000 pesetas españolas (3 005,06 euros). Todas las acciones están en manos de miembros de la familia Puigneró.

⁽⁶⁾ Necesario para la Resolución del tribunal sobre la suspensión de pagos.

38. Las acciones proporcionadas como garantía se desglosan del modo siguiente (millones de pesetas españolas):

Números	Valor nominal	% acumulado del total	Instrumento
1-4200	2 100	29,17 %	Préstamo concedido en 1993
5771-14400	4 315	89,10 %	Aval concedido en 1996
4201-5770	785	100 %	Préstamo concedido en 2000
Total	7 200	100 %	

39. Los contratos firmados con el ICF incluyen una cláusula según la cual el valor de las garantías aportadas tendrá que ser evaluado de nuevo y compensado con otras garantías si el valor contable de las acciones disminuye un 10 % o más. El coeficiente de solvencia de la empresa ha fluctuado durante el período de referencia ya que (según lo descrito en el punto 4.1) el valor contable ha variado bastante más del 10 %. Concretamente, a finales de 2000 la empresa se había descapitalizado por completo, lo cual supone una reducción notable del valor contable de las acciones.

40. Además, puesto que la empresa ha hipotecado poco a poco todos sus activos principales, no se sabe qué otro valor de activo se podría atribuir a las acciones.

4.2. Ayuda en el sentido del apartado 1 del artículo 87 del Tratado CE teniendo en cuenta las nuevas medidas

41. La Comisión considera que se ha concedido a Puigneró una ayuda financiera procedente de recursos públicos, que confiere a esta empresa una ventaja en comparación con sus competidores (véase la evaluación hecha más adelante). Como el mercado textil es un mercado europeo de productos altamente competitivo que sufre de un exceso de capacidad, las ventajas financieras que favorecen a una empresa en comparación con sus competidores amenazan con falsear la competencia y afectan al comercio entre Estados miembros.

42. Para determinar si las inyecciones de nuevo capital en las empresas, realizadas por los poderes públicos, contienen elementos de ayuda estatal, la Comisión aplica el «principio del inversor privado en una economía de mercado» según se establece en el apartado 16 de las Directrices comunitarias sobre ayudas estatales de salvamento y de reestructuración de empresas en crisis. Según el apartado 17 de las mismas, cuando el Estado concede o garantiza una operación de financiación a una empresa con dificultades financieras, se considera probable que las transferencias correspondientes contengan elementos de ayuda estatal.

43. Según el Reglamento (CE) n° 659/1999 del Consejo, cualquier ayuda entrada en vigor antes de la entrada en vigor

del Tratado y que siga siendo aplicable con posterioridad a la misma se considerará ayuda existente. Por otra parte, como las competencias de la Comisión en lo relativo a la recuperación de ayudas estarán sujetas a un plazo de prescripción de diez años, cualquier ayuda para la que haya expirado el plazo de prescripción se considerará como ayuda existente.

Evaluación preliminar del préstamo

44. El préstamo se concedió inicialmente en abril de 1993. Como no se dispone de ningún otro dato correspondiente a este período, la Comisión no está en condiciones de evaluar el préstamo en relación con otras obligaciones y con las garantías dadas por la empresa sobre éstas antes de la concesión del préstamo. Sin embargo, en 1994, el primer año cuyo estado financiero está disponible, Puigneró había perdido la mayor parte principal de su activo. Dado que el resultado de 1994 fue positivo, las pérdidas acumuladas corresponden a 1993 o a ejercicios anteriores. Así pues, parece que la empresa ya estaba en crisis cuando se concedió inicialmente el préstamo. Éste se concedió a un tipo de interés que parece corresponder a las condiciones de mercado para las empresas saneadas, pero no necesariamente para empresas en crisis (7). Por lo que respecta a las garantías proporcionadas, la Comisión no puede evaluar si eran suficientes debido a la falta de información sobre las otras obligaciones contraídas por Puigneró en aquel momento.

45. El préstamo se renovó el 28 de mayo de 1996 por cuatro años para expirar en abril de 2003. En aquella época, Puigneró había concluido acuerdos previos sobre su deuda con la Seguridad Social y las autoridades tributarias. Según las autoridades estas deudas estaban garantizadas mediante embargos de créditos, y mediante una hipoteca inmobiliaria correspondiente a una parte sustancial de las propiedades de Puigneró. La empresa tenía también otras deudas más pequeñas con otras instituciones y bancos garantizadas por hipotecas.

46. La propiedad dada como garantía del préstamo está valorada en 292 millones de pesetas españolas (1,75 millones de euros) en el Registro de la propiedad. Como la empresa estaba en dificultades, el valor de las acciones aportadas también como garantía es confuso. La cantidad inicial del préstamo era de 500 millones de pesetas españolas (3 millones de euros) y la cantidad pendiente de pago en el momento de la renovación era aproximadamente de 406 millones de pesetas españolas (2,44 millones de euros). Considerando que el tipo de interés no parece tener en cuenta la situación difícil financiera de la empresa y la posible falta de garantías suficientes, la Comisión pone en duda en esta fase que un inversor privado hubiera estado dispuesto a conceder a esta empresa un préstamo similar o una renovación del mismo. Por lo tanto, la Comisión considera en esta fase que el préstamo debería evaluarse como posible ayuda en el sentido del apartado 1 del artículo 87 del Tratado CE.

(7) El tipo de interés para el primer trimestre era del 15,63 %. El tipo utilizado para España como tipo de referencia era del 11,49 % en abril de 1993.

Evaluación preliminar de los avales

47. Los avales se concedieron inicialmente en julio de 1996 y junio de 1998. Por ambos avales la empresa paga una comisión del 0,5 % así como un 1,75 % para cubrir los costes administrativos y el riesgo.
48. En cuanto al aval a partir de 1996, por un importe de 600 millones de pesetas españolas (3,61 millones de euros), se garantiza mediante una hipoteca sobre la misma propiedad que garantiza el préstamo descrito anteriormente, así como otros bienes inmuebles, valorados en otros 297 millones de pesetas españolas (1,79 millones de euros) en el Registro de la propiedad. También se dieron otras acciones como garantía.
49. El aval a partir de 1998, por un importe de 500 millones de pesetas españolas (3,0 millones de euros), se garantizaba con 23 propiedades, valoradas en 1 381 millones de pesetas españolas (8,3 millones de euros) en el Registro de la propiedad. Sin embargo, estas propiedades son de nuevo en gran parte las mismas propiedades que garantizaban las deudas con la Seguridad Social y con la Agencia Tributaria (a primera vista una cantidad de 1 063 millones de pesetas españolas; 6,39 millones de euros parece coincidir).
50. El aval a partir de 1996 se renovó posteriormente el 31 de marzo de 1999 por dos años. Ambos avales fueron renovados en una misma modificación el 10 de julio de 2001, reduciéndolos a una cantidad de 800 millones de pesetas españolas (4,81 millones de euros). El 29 de noviembre de 2001 se hizo aún otra renovación por un importe de 300 millones de pesetas españolas (1,8 millones de euros), por lo que el importe total de los avales ascendió de nuevo a 1 100 millones de pesetas españolas (6,61 millones de euros).
51. Las garantías no han variado conforme se renovaban los avales. Sin embargo, entre tanto las deudas con la Seguridad Social y la Agencia Tributaria, cubiertas por las mismas garantías subsidiarias, han aumentado considerablemente. Por otra parte, en diciembre de 2000, antes de las dos últimas renovaciones de los avales, ICF concedió a Puigneró un nuevo préstamo de 2 000 millones de pesetas españolas (12,02 millones de euros), respecto del cual ya se ha iniciado el procedimiento. El préstamo se concedió contra la misma hipoteca subsidiaria que en esa etapa garantizaba toda transacción pendiente con el ICF así como las contribuciones sociales y los impuestos impagados.
52. A partir de la Resolución judicial de noviembre de 2000, los activos garantizan además las otras obligaciones contraídas por Puigneró con sus acreedores y trabajadores. Una vez más, la Comisión duda de que las garantías proporcionadas en diferentes momentos para los avales y/o sus renovaciones sean suficientes para cubrir aquéllos. Por lo tanto, en la presente fase la Comisión tiene serias dudas en cuanto a si los avales, si no inicialmente por lo menos en las sucesivas renovaciones, incluyen elementos de ayuda

y deben evaluarse con arreglo al apartado 1 del artículo 87 del Tratado.

4.3. Evaluación de la compatibilidad de las nuevas medidas

53. El apartado 1 del artículo 87 del Tratado CE establece que, salvo que el Tratado disponga otra cosa, serán incompatibles con el mercado común, en la medida en que afecten a los intercambios comerciales entre Estados miembros, las ayudas que falseen o amenacen falsear la competencia, favoreciendo a determinadas empresas o producciones.
54. No obstante, los apartados 2 y 3 del artículo 87 del Tratado CE establecen ciertas exenciones a la regla general de incompatibilidad establecida en el apartado 1.
55. Las medidas de ayuda que nos ocupan ni son de carácter social, ni se conceden a consumidores individuales, ni se destinan a reparar los perjuicios causados por desastres naturales o por otros acontecimientos de carácter excepcional. Por lo tanto las excepciones contempladas en el apartado 2 del artículo 87 del Tratado CE no se aplican en el presente caso.
56. Las letras a) y c) del apartado 3 del artículo 87 del Tratado CE contienen otras excepciones. Según la letra a) del apartado 3 del artículo 87, las ayudas destinadas a favorecer el desarrollo económico de regiones en las que el nivel de vida sea anormalmente bajo o en las que exista una grave situación de subempleo pueden ser compatibles con el mercado común.
57. Dado que el objetivo fundamental de las medidas de ayuda antes mencionadas no es regional sino que se refiere al restablecimiento de la viabilidad a largo plazo de una empresa en crisis, solamente se aplican las excepciones de la letra c) del apartado 3 del artículo 87 del Tratado CE. Esta disposición autoriza las ayudas destinadas a facilitar el desarrollo de determinadas actividades o de determinadas regiones económicas, siempre que no alteren las condiciones de los intercambios en forma contraria al interés común. Para evaluar las medidas financieras concedidas a las empresas en crisis la Comisión ha publicado unas Directrices específicas sobre ayudas estatales de salvamento y reestructuración⁽⁸⁾ que son las aplicables a las presentes medidas.
58. El apartado 3.2.2 de las citadas Directrices establece las condiciones para la autorización de la ayuda de reestructuración.

Restablecimiento de la viabilidad

59. La concesión de la ayuda está supeditada a la ejecución del plan de reestructuración que pueda restablecer la viabilidad a largo plazo de la empresa en un plazo razonable, partiendo de hipótesis realistas. Para todas las medidas individuales de ayuda el plan debe ser aprobado por la Comisión. Normalmente las ayudas de reestructuración sólo deben concederse una vez.

⁽⁸⁾ (DO C 368 de 23.12.1994, p. 12); Estas directrices siguen siendo aplicables en virtud del punto 101 de las Directrices comunitarias sobre ayudas estatales de salvamento y de reestructuración de empresas en crisis (DO C 288 de 9.10.1999, p. 2).

60. El plan debe restablecer la competitividad de la empresa en un plazo de tiempo razonable. La mejora de la viabilidad debe resultar principalmente de las medidas internas contenidas en el plan de reestructuración y sólo podrá basarse en factores externos, como el aumento de los precios o de la demanda, sobre los que la empresa no ejerza gran influencia, cuando las hipótesis sobre el mercado realizadas gocen de reconocimiento general. Una buena reestructuración debe implicar el abandono de las actividades que sigan generando pérdidas estructurales.
61. Las autoridades españolas han presentado un plan de viabilidad elaborado para Puigneró por una asesoría establecida en Barcelona. El plan tiene fecha de noviembre de 2000. El plan incluye las cuentas de pérdidas y ganancias previstas hasta 2005. En cuanto al acuerdo sobre suspensión de pagos, el plan prevé un período de carencia de dos años, después del cual los importes se abonarán durante los ocho ejercicios presupuestarios siguientes. Además, el plan parece haber sido elaborado partiendo de la presunción de que se amortizará el 70 % de la deuda pública de Puigneró. Esta amortización se considera imprescindible para que el restablecimiento de la viabilidad de la empresa tenga éxito. Sin embargo, la Comisión observa que España afirma que de hecho no se ha efectuado ni se prevé efectuar cancelación alguna.
62. Los costes de reestructuración están vinculados a gastos de personal. Parece que en 2001 y 2002 el volumen de negocios permanecerá en torno al nivel de los años 1999 y 2000, y posteriormente se prevé un aumento anual cercano al 9 % hasta 2005. El plan no contiene un análisis del sector a escala del Espacio Económico Europeo (EEE) que permita evaluar el mercado y la futura posición de Puigneró en el mismo. Así pues, en la fase actual no cabe concluir que las medidas financieras se concedieron en función de un plan de reestructuración basado en hipótesis realistas que permita restablecer la viabilidad a largo plazo de la empresa.

Evitar falseamientos indebidos de la competencia

63. Se han de adoptar medidas que mitiguen en lo posible las consecuencias negativas que la ayuda puede acarrear para los competidores. De no ser así, la ayuda se consideraría «contraria al interés común» y, por consiguiente, incompatible con el mercado común. Lo más frecuente es que esta condición se traduzca en una limitación de la presencia que la empresa puede asumir en su mercado o mercados una vez transcurrido el período de reestructuración.
64. La industria textil está saturada y sufre de un exceso de capacidad, por tanto cualquier ayuda concedida a una empresa activa en este sector falseará seriamente la competencia y afectará negativamente al comercio entre los Estados miembros.
65. Puesto que Puigneró no es una pequeña o mediana empresa (véase el apartado 2.2) es probable que cualquier ayuda concedida tenga una clara repercusión sobre la competencia. Por lo tanto se debe respetar estrictamente el requisito de reducir irreversiblemente la capacidad.
66. El plan de viabilidad presentado no incluye una contrapartida ofrecida por Puigneró para compensar en la medida

de lo posible las consecuencias negativas para los competidores tal como establecen las Directrices. La disminución del volumen de negocios que se prevé se debe a una disminución de los precios medios y no a una reducción de la presencia de Puigneró en el mercado. Sin embargo, la Comisión tiene en cuenta la nueva información facilitada según la cual se ha reducido perceptiblemente la producción de la empresa así como su plantilla actual. Por consiguiente, la Comisión invita a España a explicar porqué esta reducción es irreversible y a facilitar cualquier otro dato disponible sobre las medidas de reestructuración aplicadas hasta la fecha.

Ayuda limitada al mínimo

67. El importe y la intensidad de la ayuda deberán limitarse a lo estrictamente necesario para permitir la reestructuración en función de las disponibilidades financieras de la empresa, de sus accionistas o del grupo comercial del que forme parte. Los beneficiarios de la ayuda deberán contribuir de forma importante al plan de reestructuración con cargo a sus propios recursos.
68. En cualquier caso, se deberá demostrar a la Comisión que la ayuda sólo servirá para restablecer la viabilidad de la empresa y que no permitirá a su beneficiario, durante la ejecución del plan de reestructuración, incrementar su capacidad de producción. Por otra parte, se debe evitar que la ayuda se conceda de forma que lleve a la empresa a disponer de una liquidez excedentaria que podría consagrar a actividades agresivas susceptibles de provocar distorsiones en el mercado, que no estuvieran relacionadas con el proceso de reestructuración.
69. La información proporcionada no refleja que las medidas de reestructuración incluyan una contribución de los recursos propios de los inversores. Por otra parte, la información presentada no permite determinar los costes totales de la reestructuración.
70. Por lo tanto, en la presente fase, la Comisión no puede concluir que la ayuda se limite a lo estrictamente necesario y que sea proporcional a los beneficios de la reestructuración. Por otra parte, España no ha demostrado que exista contribución alguna de los inversores a la reestructuración de la empresa.

5. CONCLUSIONES

71. La Comisión ha decidido ampliar el procedimiento fijado en el apartado 2 del artículo 88 del Tratado CE, con arreglo al artículo 6 del Reglamento (CE) nº 659/1999 por lo que se refiere a las siguientes medidas de ayuda: i) la concesión de un préstamo de 500 millones de pesetas españolas el 28 de abril de 1993 y su prórroga el 28 de mayo de 1996, ii) la concesión de dos avales bancarios el 2 de julio de 1996 y 4 de junio de 1998 por un importe total de 1 100 millones de pesetas españolas y sus renovaciones el 31 de marzo de 1999, el 10 de julio de 2001 y el 29 de noviembre de 2001. La existencia de estas medidas no se comunicó a la Comisión hasta después del inicio del procedimiento formal de investigación.

72. La Comisión duda de que, en condiciones similares, un inversor privado hubiera estado dispuesto a conceder a esta empresa en crisis financiera un préstamo y unas garantías semejantes.
73. La Comisión también tiene dudas en cuanto al cumplimiento de todas las condiciones fijadas en el apartado 3.2.2 de las Directrices comunitarias sobre ayudas estatales de salvamento y de reestructuración de empresas en crisis para autorizar la ayuda de reestructuración. En especial, la Comisión duda de que el plan de viabilidad esté basado en suposiciones realistas en cuanto a las futuras condiciones de funcionamiento. Además, las autoridades españolas no han manifestado que el inversor vaya a contribuir a la reestructuración con sus recursos propios, ni de que el inversor conceda a los competidores de la empresa una contrapartida consistente en la reducción irreversible de la capacidad.
74. Habida cuenta de las consideraciones anteriores, la Comisión requiere a España para que, en el plazo de un mes a partir de la fecha de recepción de la presente carta, aporte todos los documentos, información y datos necesarios para evaluar la compatibilidad de la ayuda.
75. La Comisión desea recordar a España el efecto suspensivo del apartado 3 del artículo 88 del Tratado CE y llama su atención sobre el artículo 14 del Reglamento (CE) n.º 659/1999, que prevé que toda ayuda concedida ilegalmente podrá recuperarse de su beneficiario.
76. La Comisión solicita a sus autoridades que envíen inmediatamente una copia de esta carta al posible beneficiario de la ayuda.».

Não oposição a uma operação de concentração notificada

(Processo COMP/M.2694 — Metronet/Infraco)

(2002/C 164/05)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Em 21 de Junho de 2002, a Comissão decidiu não se opor à concentração notificada acima referida e declará-la compatível com o mercado comum. Esta decisão é tomada com base no n.º 1, alínea b), do artigo 6.º do Regulamento (CEE) n.º 4064/89 do Conselho. O texto completo da decisão está disponível apenas em inglês e será tornado público depois de liberto do sigilo comercial. Estará disponível:

- em versão papel através dos serviços de vendas do Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias (ver lista na contracapa),
- em formato electrónico na versão «CEN» da base de dados CELEX, com o número de documento 302M2694. CELEX é o sistema de documentação automatizado de legislação da Comunidade Europeia.

Para mais informações sobre as assinaturas é favor contactar:

EUR-OP
Information, Marketing and Public Relations
2, rue Mercier
L-2985 Luxembourg
Tel.: (352) 29 29-427 18; fax: (352) 29 29-427 09.

Imposição de obrigações de serviço público nas ligações aéreas regulares no interior da Grécia em conformidade com o Regulamento (CEE) n.º 2408/92 do Conselho

(2002/C 164/06)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

1. Em aplicação do disposto no artigo 4.º do Regulamento (CEE) n.º 2408/92 do Conselho, o Governo grego decidiu impor obrigações de serviço público nas seguintes ligações aéreas regulares:

Atenas–Kithira

Atenas–Naxos

Atenas–Paros

Atenas–Karpathos

Atenas–Sitia

Atenas–Skiathos

Tessalónica–Skiros

Tessalónica–Corfu

Rodes–Kos–Leros–Astipálea

Corfu–Áktio–Kefalonia–Zakinthos

Alexandroupolis–Sitia

Áktio–Sitia

2. As obrigações de serviço público impostas nas citadas ligações são as seguintes:

- a) *Frequência mínima dos voos e número mínimo de lugares oferecidos por semana e por ligação:*

Atenas–Kithira

Cinco voos por semana, com um total de 175 lugares por semana em cada direcção durante a época de Inverno.

Sete voos por semana, com um total de 276 lugares por semana e em cada direcção durante a época de Verão.

Atenas–Naxos

Seis voos por semana, com um total de 192 lugares por semana em cada direcção durante a época de Inverno.

Oito voos por semana, com um total de 300 lugares por semana em cada direcção durante a época de Verão.

Atenas–Paros

Dez voos por semana, com um total de 170 lugares por semana em cada direcção durante a época de Inverno.

Dezanove voos por semana, com um total de 330 lugares por semana em cada direcção durante a época de Verão.

Atenas–Karpathos

Três voos por semana, com um total de 162 lugares por semana em cada direcção durante a época de Inverno.

Cinco voos por semana, com um total de 250 lugares por semana em cada direcção durante a época de Verão.

Atenas–Sitia

Dois voos por semana, com um total de 20 lugares por semana em cada direcção durante a época de Inverno.

Três voos por semana, com um total de 30 lugares por semana em cada direcção durante a época de Verão.

Atenas–Skiathos

Dois voos por semana, com um total de 30 lugares por semana em cada direcção durante a época de Inverno.

Sete voos por semana, com um total de 280 lugares por semana em cada direcção durante a época de Verão.

Tessalónica–Skiros

Dois voos por semana, com um total de 20 lugares por semana em cada direcção durante a época de Inverno.

Três voos por semana, com um total de 30 lugares por semana em cada direcção durante a época de Verão.

Tessalónica–Corfu

Dois voos por semana, com um total de 110 lugares por semana em cada direcção durante a época de Inverno.

Três voos por semana, com um total de 180 lugares por semana em cada direcção durante a época de Verão.

Rodes–Kos–Leros–Astipálea

Dois voos por semana, com um total de 30 lugares por semana em cada direcção durante a época de Inverno.

Três voos por semana, com um total de 40 lugares por semana em cada direcção durante a época de Verão.

Corfu–Áktio–Kefalonia–Zákinthos

Dois voos por semana, com um total de 30 lugares por semana em cada direcção durante a época de Inverno.

Três voos por semana, com um total de 40 lugares por semana em cada direcção durante a época de Verão.

Alexandroupolis–Sitia

Dois voos por semana, com um total de 20 lugares por semana em cada direcção durante a época de Inverno.

Três voos por semana, com um total de 30 lugares por semana em cada direcção durante a época de Verão.

Áktio–Sitia

Dois voos por semana, com um total de 20 lugares por semana em cada direcção durante a época de Inverno.

Três voos por semana, com um total de 30 lugares por semana em cada direcção durante a época de Verão.

Entende-se por «época de Inverno» e «época de Verão» os períodos definidos como tal pela IATA.

Se a taxa média de ocupação dos voos efectuados numa ligação tiver ultrapassado os 75 % durante o período precedente, a frequência semanal mínima ou o número mínimo de lugares oferecidos por semana podem ser aumentados em função do aumento constatado. Esse aumento da frequência ou do número de lugares deve ser notificado à transportadora aérea que explora a ligação por carta registada, seis meses antes da sua entrada em vigor, e entra em vigor após a sua publicação pela Comissão Europeia no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

Caso os aparelhos utilizados não possuam a capacidade necessária para cobrir o número mínimo de lugares oferecidos por semana [previsto no ponto 2 a)], é possível aumentar concomitantemente a frequência dos voos.

Caso os voos não se efectuem devido a condições meteorológicas desfavoráveis, devem efectuar-se nos dias imediatamente a seguir de modo a satisfazer a procura semanal, tendo em conta o número mínimo de lugares oferecidos por semana previsto no ponto 2 a).

b) *Preço dos bilhetes*

O preço de venda de um bilhete de ida em classe económica não deve ultrapassar os montantes a seguir indicados:

Atenas–Kithira:	37 euros
Atenas–Naxos:	50 euros
Atenas–Paros:	49 euros
Atenas–Kárpathos:	60 euros
Atenas–Sitia:	58 euros
Atenas–Skiathos:	41 euros
Tessalónica–Skiros:	50 euros
Tessalónica–Corfu:	56 euros
Rodes–Kos:	35 euros
Rodes–Astipálea:	40 euros
Rodes–Leros:	40 euros
Kos–Astipálea:	40 euros
Kos–Leros:	35 euros

Astipálea–Leros:	35 euros
Corfu–Áktio:	30 euros
Corfu–Kefalonia:	30 euros
Corfu–Zákinthos:	40 euros
Áktio–Kefalonia:	25 euros
Áktio–Zákinthos:	30 euros
Kefalonia–Zákinthos:	23 euros
Alexandroupolis–Sitia:	70 euros
Áktio–Sitia:	70 euros.

Os preços acima mencionados podem ser aumentados em caso de aumento imprevisto dos custos de exploração da ligação que não seja da responsabilidade da transportadora aérea. Esse aumento deve ser notificado à transportadora aérea que explora a ligação e entra em vigor após a sua publicação pela Comissão Europeia no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

c) *Garantia de continuidade dos voos*

Em conformidade com o disposto no n.º 1, alínea c), do artigo 4.º do Regulamento (CEE) n.º 2408/92, a transportadora aérea que tenciona efectuar voos nas ligações em causa deve assegurar os voos durante um período de, pelo menos, 12 meses consecutivos.

O número de voos anulados por motivos da responsabilidade da transportadora aérea não deve exceder 2 % do total de voos previstos num ano, excepto em casos de força maior.

A transportadora deve informar com, pelo menos, seis meses de antecedência, o Serviço de Aviação Civil, Direcção de Operações Aéreas, departamento de Acordos Bilaterais no domínio dos transportes aéreos, da sua intenção de interromper a exploração de qualquer uma das ligações acima mencionadas.

3. Informações úteis

Toda a transportadora aérea comunitária que explore voos nas ligações acima mencionadas sem respeitar as obrigações de serviço público impostas será passível de sanções administrativas e/ou outras.

No que respeita aos tipos de aparelhos utilizados, convidam-se as transportadoras aéreas a consultar as Aeronautical Information Publications da Grécia (AIP Greece) para os dados técnicos e operacionais e os procedimentos aeroportuários.

No que respeita aos horários, as chegadas/partidas dos aviões deverão ocorrer durante as horas de serviço dos aeroportos, decretadas pelo ministro dos Transportes e Comunicações.

Notificação da Comissão nos termos do disposto no n.º 1, alínea a), do artigo 4.º do Regulamento (CEE) n.º 2408/92 do Conselho

Introdução de obrigações de serviço público nos serviços aéreos regulares entre Mariehamn (MHQ) e Estocolmo/Arlanda (ARN)

(2002/C 164/07)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Nos termos do disposto no n.º 1, alínea a), do artigo 4.º do Regulamento (CEE) n.º 2408/92 do Conselho, de 23 de Julho de 1992, relativo ao acesso das transportadoras aéreas comunitárias às rotas aéreas intracomunitárias, o Governo finlandês decidiu impor obrigações de serviço público aos serviços aéreos regulares realizados entre Mariehamn (MHQ) e Estocolmo/Arlanda (ARN) de acordo com as condições seguintes:

Frequência mínima dos voos

Durante o primeiro período, entre 23 de Outubro de 2002 e 26 de Outubro de 2003, serão efectuados, pelo menos, dois voos diários de ida e volta, de segunda a sexta-feira, e um voo diário de ida e volta, aos sábados e domingos. Nos dois anos seguintes deverá ser efectuado um número de voos equivalente. Os voos devem ser directos.

Número de lugares

Deverá haver um número mínimo de 18 lugares disponíveis por voo e de 26 280 lugares por ano. Se, num dos trimestres do primeiro ano, a taxa de ocupação for superior a 80 % ou inferior a 35 %, a oferta prevista para o período seguinte deverá ser adaptada.

Horários

Os passageiros com proveniência de Åland que viajem em dias úteis devem, na medida do possível, poder efectuar uma viagem de ida e volta para qualquer um dos destinos servidos por voos aéreos regulares na Suécia, bem como para Oslo e Copenhaga e para os principais grandes aeroportos europeus. O horário de chegada ao aeroporto de ARN será, o mais tardar, pelas 7.00 horas e entre as 16.15 e as 19.00 horas, de segunda a sexta-feira. O horário de partida de ARN será entre as 7.00 e as 9.00 horas e as 18.15 e as 21.00 horas, de segunda a sexta-feira, na medida em que possam ser obtidas faixas horárias aceitáveis. Aos sábados e domingos, os horários de partida e chegada deverão ser adaptados o melhor possível à procura. Em certas épocas do ano em que a procura é particularmente baixa, designadamente em caso de fim-de-semana prolongado ou de período de férias mais longo, o tráfego poderá ser reduzido por motivos especiais.

Tipos de aeronaves

A velocidade de cruzeiro (TAS) deverá ser de, pelo menos, 360 km/h. As aeronaves devem estar equipadas com cabina pressurizada e instalações sanitárias. A quantidade de bagagens/capacidade de carga por passageiro, no caso de uma aeronave com lotação completa e em condições climatéricas normais, deve ser de pelo menos 20 kg.

Tarifas

O preço de uma viagem de ida e volta MHQ-ARN não deverá exceder os 330 euros, taxas incluídas. As tarifas só poderão ser adaptadas de acordo com o índice de preços das viagens aéreas de negócios da SCB, mediante autorização da autoridades competentes (*landskapsstyrelse*) de Åland. Deverá haver disponibilidade de bilhetes a preços especiais para os passageiros que viajam durante o fim-de-semana e a título privado, bem como para as crianças, jovens, estudantes, reformados e respectivos acompanhantes.

Informações, reservas e vendas

Antes da partida, deverá ser disponibilizada informação acessível sobre todos os aspectos da viagem aérea. Cabe à transportadora aérea certificar-se de que o sistema Amadeus e outros sistemas GDS divulgam informações actualizadas e exactas sobre horários e bilhetes. A comercialização será, ainda, efectuada por meio de anúncios na imprensa local e outros meios de comunicação, bem como de folhetos turísticos de promoção das viagens aéreas.

Acordos de cooperação

Os «acordos de cooperação» entre transportadoras sobre o reconhecimento mútuo dos bilhetes emitidos devem ser celebrados em conformidade com as práticas em vigor.

Regularidade dos voos

Um máximo de 20 % das partidas poderá apresentar mais de 5 minutos de atraso e um máximo de 5 % das partidas mais de 15 minutos de atraso. Salvo caso de força maior para a transportadora aérea, a regularidade dos voos deve corresponder a, pelo menos, 99 % por trimestre. A transportadora só poderá interromper os serviços mediante um pré-aviso mínimo de seis meses.

Acessos

A transportadora aérea deverá garantir que as necessidades das pessoas com deficiência sejam tomadas em consideração por forma a que:

- o embarque e desembarque possam ser efectuados em segurança e com dignidade,
- seja mantido o acompanhamento e outros serviços habituais em caso de mudança de aeronave,
- sejam prestadas informações sobre as viagens e ligações possíveis, a pedido dos passageiros,

- sejam prestadas informações compreensíveis sobre medidas de segurança e outras (de tal forma que sejam acessíveis para as pessoas invisuais e que sofram de surdez),
- as reservas e aquisições de bilhetes possam ser efectuadas sem dificuldades,
- todos os anúncios efectuados a bordo possam ser feitos em, pelo menos, duas línguas, tendo em conta o facto de a região de Åland ser uma região de língua sueca.

Exigências ambientais

As emissões sonoras das aeronaves não devem exceder os limites impostos pelas normas em vigor. Os equipamentos instalados nas aeronaves destinados a melhorar o conforto e re-

duzir a poluição devem funcionar correctamente e ser utilizados de acordo com as instruções em vigor.

Relatórios

A transportadora aérea que explora a linha MHQ-ARN deve apresentar relatórios trimestrais às autoridades competentes (*landskapsstyrelse*) de Åland sobre a forma como cumpre as obrigações de serviço público.

Calendário dos voos diários de ida e volta MHQ-ARN

MHQ		ARN		ARN		MHQ
7.25	→	6.55		8.40	→	10.10
16.55	→	16.25		18.50	→	20.20

COMUNICAÇÃO

(2002/C 164/08)

Por decisão de 9 de Julho de 2002, a Comissão nomeou os seguintes membros do Comité Consultivo para a abertura dos contratos públicos, com efeito imediato e até 31 de Março de 2004:

Sue ARROWSMITH
Panayotis BERNITSAS
António CARDOSO E CUNHA
Eric CARLSLUND
Paolo DE CATERINI
Pierre DELVOLVE
Arnhild DORDI GJONNES
Jean-Pierre JOUGUELET
Vicente LOPEZ-IBOR MAYOR
Thomas MAIBAUM
Philippe MATHEI
Colin MAUND
Alan McCARTHY
Timm MEYER
Annemarie MILLE
Ulrich PAETZOLD
Rainer PLASSMANN
Henk POST
Leif RAUN
Henri STOUFF
Eva SVEMAN

III

(Informações)

COMISSÃO

Resultado do convite à apresentação de candidaturas para a criação de um fórum conjunto da UE em matéria de preços de transferência no domínio da tributação das empresas

(2002/C 164/09)

Na sequência da publicação do convite à apresentação de candidaturas para a criação de um fórum conjunto da União Europeia em matéria de preços de transferência no domínio da tributação das empresas (a seguir designado «FCPT») no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* C 90 de 16 de Abril de 2002, o comité de selecção, referido no ponto 11 do convite, tendo em conta os critérios mencionados no respectivo ponto 16, seleccionou para representarem as empresas no âmbito do FCPT por um período de dois anos, renovável, os seguintes candidatos, a título pessoal:

Mr. Philip GILLET
Mr. Eduardo GRACIA
Mr. Guy KERSCH
Dr. Klaus KROPPE
Prof. Guglielmo MAISTO
Dr. Ulrich MOEBUS
Mrs. Sylvie PUECH
Mr. Chris ROLFE
Mr. Theo SCHMIT
Prof. Dirk VAN STAPPEN

No caso de vir a abrir uma vaga, o Comité de Selecção decidirá do seu preenchimento e as candidaturas recebidas relativamente ao aviso precedente serão tidas em consideração com prioridade.
